

Resumo

Brasília é tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, mas basicamente quanto a aspectos de configuração urbana. São poucos os edifícios tombados individualmente. Isso tem facultado modificações nas fachadas de blocos de apartamentos da arquitetura moderna clássica dos anos 1960. São cosméticas, mediante novas texturas e cores, ou mais pesadas, pela abertura de janelas onde antes havia empenas cegas. Este ensaio interpreta as mudanças como parte de uma transformação paradigmática na configuração dos espaços das cidades, pelas quais se revaloriza o âmbito público. Traça um rápido percurso das mutações operadas nas relações público \times privado desde os primórdios da cidade industrial e mostra como a tendência foi uma erosão do espaço para a vida pública. Ao tornarem-se isolados, os edifícios deixam de definir a cidade apenas por suas fachadas principais – *rostos* – e passam a exibir laterais e fundos – *ombros* e *costas*. A excepcionalidade de um edifício isolado – p.ex. uma catedral – torna-se a regra para qualquer prédio. A tendência implica opacidade e fechamento crescente das superfícies edilícias que definem o espaço aberto das cidades. A crítica da arquitetura moderna intensifica-se a partir do final dos anos 1950 e início dos 1960 e um dos focos importantes da crítica está nesta relação. Aqui, interpreta-se as mudanças menos como manifestação de um suposto mau gosto dominante e mais como uma reação à configuração cada vez menos aceitável de um espaço público pobre.

Palavras-chave: Brasília, urbanismo moderno, espaço público, configuração urbana

Introdução

Há controvérsias quanto ao tratamento recente de empenas laterais de blocos residenciais de Brasília. Em algumas das mais antigas superquadras (anos 1960) empenas são revestidas de pastilhas coloridas. Noutras, com ou sem pastilhas, anteriores fachadas cegas foram vazadas por janelas a iluminar e ventilar mais generosamente cômodos internos. O processo tem sido descrito como a “cafonização”¹ ou o “embanheiramento”² da cidade, a macular o colorido (ou a ausência dele) e a volumetria minimalista da arquitetura moderna dos primórdios da Capital.

Contudo, não é simples “mau gosto”. Há algo mais, relacionado à natureza dos edifícios, nem sempre (ou quase nunca) amigáveis para com o espaço público. A este último resta a condição de epifenômeno de prédios soltos sobre o chão.

Não é novidade na história. Talvez as Pirâmides de Guiza (2.550AC, Egito Antigo) inaugurem a vertente dos edifícios radicalmente fechados, opacos e isolados entre si. Os vazios entre eles são amorfos e residuais. Mas há outra vertente, mais antiga, exemplificada

¹ Segundo Alfredo Gastal, anterior superintendente do IPHAN-DF. Em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0505201108.htm>. Folha de São Paulo, 5 maio 2011.

² Como Edja Trigueiro refere processo similar em Natal (RN). Alternativamente, os edifícios eram “apedrejados”... Comunicação verbal.

por Hacilar (7.000AC, atual Turquia) onde os prédios são contíguos e definem um sistema bem configurado de espaços abertos. São exemplos extremos a ilustrar quase à pureza duas tendências que ocorrem na história em diversos tempos e lugares. O que testemunhamos hoje em Brasília é o embate das tendências, ou pelo menos a reação tímida, às vezes meramente cosmética – mas não menos sintomática – à maneira hegemônica moderna de considerar o *espaço entre edifícios* (Gehl, 2006). Melhor dizendo, de desconsiderá-lo.

O uso do cachimbo faz a boca torta. Convivemos por tanto tempo com fundos e lados de edifícios que sua existência tornou-se-nos natural. Como sempre nas ciências humanas (e arquitetura, para os efeitos deste ensaio, é ciência humana [Holanda, 2010]), a tarefa é desnaturalizar o que parece natural. Pois então. Na cidade pré-industrial³ as edificações eram mais respeitadas com o âmbito público. Não lhes voltavam os *ombros*, menos ainda as *costas*.⁴ Ombros inexistiam, pois os prédios colavam-se uns aos outros, definindo a continuidade espacial de ruas e praças. Costas as havia, mas pudicamente reservadas aos espaços privados, recônditos, invisíveis no interior dos quarteirões. À rua e às praças os prédios revelavam apenas os *rostos*. Exceções confirmavam a regra: o grande palácio urbano (ocupando um quarteirão inteiro), a igreja solta por todos os lados (contudo as havia também coladas por um, dois ou três lados a outras edificações, seculares). Quando isolados, os edifícios tinham, sim, uma fachada de frente, fachadas laterais, fachada de fundo. Porém a arquitetura edilícia era carinhosa com a arquitetura da cidade: costas e ombros eram tratados (quase) à guisa de rostos. A Catedral de Notre Dame (Paris) desvela as costas – mas que costas!!! (Figura 1).

³ Decerto é preciso cuidado com o rótulo, ela abarca uma realidade plural. Refiro-me primordialmente ao que havia de comum à cidade continental europeia no estágio anterior às transformações morfológicas aqui discutidas e que lhes mudaram a face a partir do século XIX, espalhando-se depois pelo mundo, Brasil incluso.

⁴ Sou reticente quanto a discursos metafóricos em textos científicos. Mas aqui foi irresistível. Gratidão aos amigos Cheila Aparecida Gomes e Fernando Portella Rosa pela ideia que deu origem a este ensaio. Eles usaram termos mais justos e ferinos, porém a sisudez acadêmica me impede de replicá-los.



Figura 1. Catedral de Notre Dame, Paris. Costas

O decoro se perde no urbanismo moderno. Dentre outros atributos, a história da configuração da cidade recente é a história da diluição progressiva do quarteirão, do isolamento das edificações, do desaparecimento de quintais, discutivelmente visto por alguns como a “democratização” do espaço público, pelo sumiço do espaço aberto privado (Reis Filho, 2004). Mas a vida das cidades (e das sociedades) dá-se em ciclos – mesmo sem implicarem mudanças revolucionárias. Na arquitetura (em todas as escalas) a hegemonia moderna rompeu-se há tempo (segundo alguns, desde a derrubada de Pruitt Igoe, 1972 [Wolfe, 1990]). Há indícios de que algo novo está a ocorrer. As pastilhas a revestir as fachadas de Brasília são um sintoma, entre outros.

(Re)formalização: finais do Séc. XVIII a meados do Séc. XX

A nascente sociedade capitalista ocidental não implicou apenas profundas transformações econômicas e de poder. A reconfiguração das cidades, como sempre aconteceu na história, foi partícipe das transformações como variável *dependente* (resultado dos processos

referidos) e como variável *independente* (teve afetações concretas nas vidas dos habitantes, nem todas previstas ou sequer mencionadas nos discursos laudatórios das mudanças). Vejam aqui uma retrospectiva meteórica, apenas para mostrar como os traços da cidade moderna nascente, em aspectos morfológicos fundamentais, não inovam, antes resgatam atributos do passado.

As intervenções cirúrgicas nas cidades pré-industriais eram informadas por dois traços essenciais: o “horror ao grande” e o “horror à densidade”. Marx chamou os autores das primeiras propostas de transformação das cidades de “socialistas utópicos”, expressão repetida à náusea por ensaístas que lhe sucederam, inclusive Françoise Choay (Choay, 2005). Termo infeliz: as propostas não eram socialistas, tampouco utópicas.

Não eram socialistas porque remetiam a um passado idílico e mítico do pequeno aglomerado, e ignoravam a complexidade da nova divisão social do trabalho, a estrutura do novo modo de produção, e as estruturas de poder em consolidação. Começa nesse ponto a tática de “dividir para reinar” – não por acaso, o lema maior marxista será “trabalhadores de todo mundo uni-vos!” Nada melhor que dividir os trabalhadores em pequenas e isoladas unidades produtivas, onde o controle do tempo e do espaço em todas as atividades era absoluto, do nascer ao por do sol. As estruturas administrativas e de controle dessas “comunidades” ficavam no centro do enorme retângulo murado e isolado na paisagem, que tudo englobava. Entre os retângulos, terra de ninguém, como aparecerá sem muro porém com clareza cristalina cerca de 150 anos depois na proposta de MMM Roberto para Brasília (Tavares, 2004). Em Considerant, no centro da área murada, nada menos que a “Torre da Ordem” (*à la* Bentham e seu *panopticon*). Socialista?!

Tampouco eram utópicas porque as medidas constituíram uma ideologia a informar medidas de arquitetura urbana nos seguintes duzentos anos, em diferentes versões. Antes, a tentação é denominá-las *distópicas*, mas talvez isso fosse carregar nas tintas. Talvez. O que seria a devastação de Paris pelo *Plan Voisin* (1925) de Le Corbusier (Le Corbusier, 1984, p. 157)? Ou a proposta de mesmo espírito de Rino Levi para Brasília (1957), classificada em terceiro lugar no concurso (Tavares, 2004)? Separação, descontinuidade, terra de ninguém, foram o credo da ação sobre o espaço da cidade. Nas áreas mais densas, isso toma a forma de rasgar-se os tecidos urbanos, particularmente onde viviam as “classes perigosas”, *à la* Haussman. Ainda nas áreas densas, onde não houve cunhas de espaços livres, houve estratégias de enclausuramento, particularmente nos conjuntos habitacionais operários que datam dos meados do Séc. XIX, que procuravam responder à pergunta que Bill Hillier acidentalmente formulou como “há uma cura espacial para quem é classe trabalhadora?” [is there a

spatial cure for being working class?] (Hillier, 1973, p. 543). Dentro da cidade (não no campo disperso como em Robert Owen) aqui estão as primeiras manifestações dos grandes espaços urbanos definidos por muros cegos (i. é, desta nova leva, pois é milenar). A “utopia” virou rotina, implantou-se nas cidades europeias (e em seguida espalhou-se pelo mundo) e era, ao contrário, um ajuste de controle dos de baixo pelos de cima.

Descontinuidade, separação e pequenos tamanhos seguem com o livro de Ebenezer Howard (1898) cujo título diz tudo: *To-Morrow: A Peaceful Path to Real Reform* (Howard, 2002). Le Corbusier o retoma: “Arquitetura ou revolução. Podemos evitar a revolução” (Le Corbusier, 2006). Horror ao grande, ao denso ou ao contínuo, novamente: cidade mãe x cidades satélites, cujo espírito se reproduzirá, ainda que adicionado a atributos diversos, na matriz da Brasília de Lucio Costa. Nos projetos implantados inspirados em Howard, primeiro nos subúrbios jardins, depois nas cidades novas inglesas, a erosão do espaço público faz-se sentir: paulatinamente, os edifícios soltam-se entre si e a definição de ruas e praças torna-se menos clara.

Nos anos 1920, com Le Corbusier ou Ernest May, a estratégia é levada a novo patamar. O sistema viário passa a distinguir *vias de passagem* (para onde nada abre) e *vias de acesso* (para onde se viram as casas); proliferam espaços definidos apenas por empenas cegas: ombros ou costas voltados para as vias estruturadoras da cidade. A deterioração da paisagem urbana terá longa vida e é particularmente nociva em Chandigarh, projetada por Le Corbusier em 1953 (Holanda e Medeiros, 2012).

Com as *unités d’habitation* (Le Corbusier) fecha-se o círculo: “a rua vira corredor e o corredor vira rua” (Castex et al., 1977). É retirado do âmbito público um dos elementos que melhor o qualificam: ruas de comércio local e de serviços, jogadas para um andar intermediário de torres de apartamentos com cerca de quinze pavimentos. Felizmente as realizadas contam-se nos dedos de uma mão.

Por que “(re)formalização”, como no subtítulo? Porque nada disso é novo, se descartarmos a superfície empírica do fenômeno. Noutra oportunidade (Holanda, 2002), fiz uma varredura histórica a exemplificar a ocorrência milenar dos atributos. Eles constituem *uma* vertente, não a única. Chamei ao conjunto de princípios socioarquitetônicos que subjazem a tendência *paradigma da formalidade*. Começamos este ensaio com as Pirâmides de Guiza e poderíamos seguir, pulando de milênio em milênio e de continente em continente, pelos centros cerimoniais pré-Colombo da cultura Maia clássica, pelos castelos feudais franceses, pela Pequim Imperial, por Versailles... Por outro lado, também começamos por Hacilar, e poderíamos seguir pelas vilas da cultura Hopi (também pré-Colombo), pelas cidades da cul-

tura Ashanti (África pré-colonial), pelas cidades medievais europeias da burguesia nascente, pelas cidades coloniais brasileiras... É outro conjunto de princípios, destarte o *paradigma da urbanidade*.

Entretanto, a cidade, qualquer cidade, como bom palimpsesto, sói conter elementos de um e de outro paradigma, p.ex. as catedrais medievais, soltas, mas imersas em denso e contínuo tecido secular: *formal + urbano*. E, na Brasília *formal* de hoje há cunhas de *urbanidade* (Holanda, 2010, 2011). Desde os alvores da capital brasileira acontece uma guerra (não tão) surda entre os paradigmas a se revelar nas inúmeras batalhas pelo espaço da cidade – a maioria delas perdida, algumas vitoriosas (Holanda, 2010). As pastilhas são um pormenor do processo, nem por isso menos curioso.

No meio do caminho

Em 1957 tem início a construção da barragem para formar o Lago Paranoá, que viria a ser elemento importante na paisagem de Brasília. Na vizinhança surge uma favela denominada Vila Paranoá, assentamento autoproduzido pelos trabalhadores da barragem.⁵ Após árdua luta pela permanência no lugar, os habitantes cedem à pressão do governo local pela transferência. A Vila é riscada do mapa em 1989 mas o embate não foi totalmente em vão: em vez de serem jogados a uns 40km do Plano Piloto de Brasília, como o governo pretendia originalmente, foram localizados numa área vizinha.⁶

A Vila Paranoá exemplifica uma organização de espaço popular recorrente em tantas cidades brasileiras, exemplo de como um assentamento autoproduzido é ordenado, todavia por princípios diversos dos da cidade formal (Holanda, 2010). A irregularidade geométrica dá a impressão de desordem para os desavisados. Entretanto, há uma rica sintaxe – relações entre espaços – menos visível (Figura 2a): ruas longas e curtas, largas e estreitas, que perpassam boa parte do lugar ou que se limitam à vizinhança de algumas casas; ruas com mais cruzamentos, outras com menos; pequenos largos e espaços mais generosos. Nas ruas maiores concentram-se as atividades de forte centralidade (comércio e serviços) mas também há residências. As ruas maiores e a maneira de elas articularem o conjunto conferem uma compreensão do todo do lugar, ao contrário de um hipotético “labirinto” ao qual, errada-

⁵ Para aspectos técnicos, ver Frederico de Holanda, *Brasília: cidade moderna, cidade eterna*, Cap. 3.

⁶ Orgulhosamente evoco a contribuição de estudantes e professores da Universidade de Brasília, de várias faculdades e institutos (Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia, Ciências Sociais) à luta dos moradores. O governo local argumentava com a impossibilidade de implantar redes infraestruturais no local. Repetidamente elaboramos relatórios técnicos provando a falsidade da assertiva. A exemplo do projeto Favela-Bairro (Rio de Janeiro) teriam sido possível implantar melhorias respeitando-se os princípios da configuração original. Por outro lado, reconhecemos noutra oportunidade (Holanda, 2002) que o projeto do “Novo Paranoá” tem muitos atributos de urbanidade. Suas ruas, bem configuradas, têm intensa vida social.

mente, equipara-se a configuração da Vila. Apesar da irregularidade geométrica e de grande número de pequenos quarteirões, portas e janelas abrem para todas as porções de espaço público. Frequentes transições entre espaço interno e espaço externo são o correlato físico de uma vida social em que fronteiras entre público e privado são sutis.

Comparem o saber urbanístico implícito na Vila Paranoá com o saber profissional usado nas cidades satélites de Brasília, por exemplo o Guará, a 15km do centro do Plano Piloto: grafismo claro na prancheta, mas precariíssima legibilidade na realidade. É sabido pesadelo achar um endereço (para comparar, vejam a planta dos quarteirões, Figura 2b). Quadras geometricamente regulares e idênticas colam-se umas às outras. No desenho, parecem bem ordenadas. Só no desenho: regularidade geométrica em planta não resulta sempre em boa orientabilidade. A via de entrada à cidade, macroelemento que poderia desdobrar-se em ruas estruturadoras do conjunto, morre em junções em “T” nas vias periféricas das quadras. Daí em diante há pequenos trechos de ruas conectados por junções em “T” ou em “L”. Comércio e serviços não estão nas vias mais acessíveis, porém nas mais segregadas.

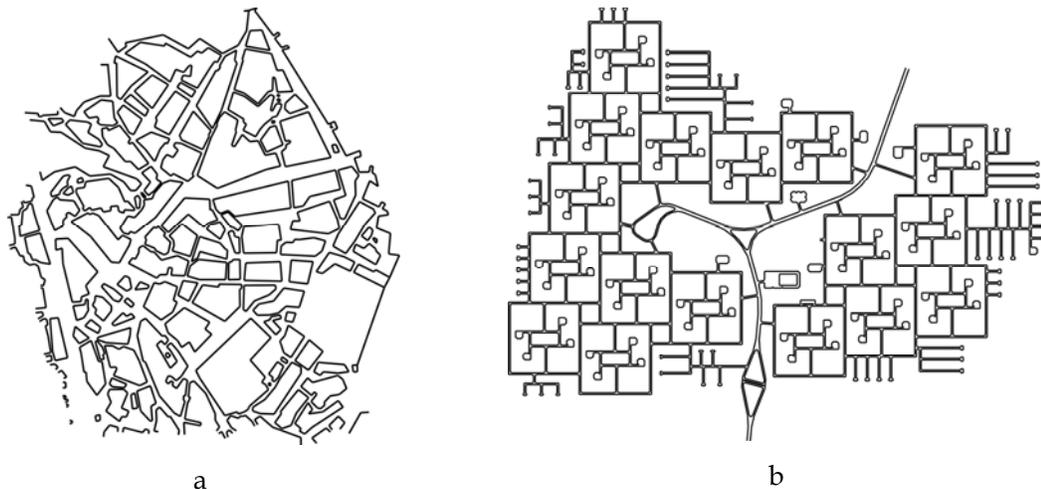


Figura 2. Quarteirões da antiga Vila Paranoá (a) e da cidade satélite do Guará (b)

O Guará ainda é exemplo de ruas bem configuradas. Há apartamentos, mas a maioria dos domicílios é de residências em lotes unifamiliares. Frequentemente são geminadas (não expõem ombros), contudo os lotes voltam-se para o interior de unidades de vizinhança ortodoxas, dão as costas para a periferia das quadras, onde calçadas ladeiam longos trechos de muros desprovidos de portas e janelas. Pasmem: isso acontece até na principal artéria estruturadora da cidade. A via de entrada ao núcleo urbano corta uma paisagem de fundos de lotes em vez de ser um lugar definido por denso conjunto de edifícios voltados para o âmbito público, exibindo atividades de maior centralidade – fachadas ativas – como

na antiga Vila Paranoá. É um passo intermediário entre a cidade pré-moderna e a “cidade de muros” (Caldeira, 2000): ainda não temos condomínios fechados, com guaritas e cercas privatizando espaços entre edifícios; ainda não temos a “paisagem de objetos” e seus edifícios soltos, substituindo a “paisagem de lugares”. Porém temos um tipo híbrido, lembrando os primeiros ensaios do urbanismo moderno de desconsideração do âmbito público (como nos exemplos citados dos anos 1920).

Enfim sós

É no Plano Piloto de Brasília onde a linguagem mais típica do urbanismo moderno acontece: aqui a paisagem de objetos reina (quase) absoluta.⁷ Em alguns sentidos, ela radicalizou-se (para pior) no tempo, em outros ela resulta de elementos não realizados do projeto.

Na Esplanada dos Ministérios, as empenas cegas dos edifícios estavam explícitas nos esboços de Lucio Costa, assim como o estavam nos seus desenhos para o *campus* da Universidade do Rio de Janeiro (projeto de 1936-7 [Costa, 1995]), infelizmente não implantado, claro precursor da Esplanada. Nesta última, porém, não foi executado um elemento que amainaria a opacidade e o fechamento para o gramado central: o edifício baixo para comércio e serviços que conectaria os prédios ministeriais entre si e atenderia o público local no seu cotidiano (na ausência, o “homem comum” inventou os serviços informais, alvos de representação recorrente [Tenorio e Holanda, 2010]).

Nos setores centrais edifícios recentes abandonam características mais urbanas de áreas comerciais anteriores e voltam-se para dentro. Novos hotéis têm o térreo ocupado quase exclusivamente por garagens faceando o âmbito público. Ignora-se um dos edifícios mais bem-sucedidos da arquitetura moderna clássica da Capital: o Hotel Nacional, projeto de Nauro Esteves, com galerias e lojas abrindo para a rua, formando um pódio onde repousa o bloco vertical dos apartamentos. Ao longo da Plataforma Rodoviária, há uma imensa descontinuidade que não deveria existir: aqui Lucio Costa previu um edifício criando uma imensa fachada ativa na dimensão norte-sul da Plataforma, em vez do parapeito hoje existente.

Nos comércios locais, Asa Sul e Asa Norte diferem. Na primeira, as lojas estão em fita, embora separadas em pequenos conjuntos (variando entre quatro ou cinco de cada lado da rua), e suas portas abrem quase exclusivamente para a via interquadras. Os conjuntos são separados por permeabilidades (cobertas) que permitem o acesso ao interior das superqua-

⁷ Notem, porém, que a vertente não é excludente. Muitas cunhas de urbanidade surgiram no tempo mediante a contribuição do “homem comum” de Certeau (2000), mas algumas delas já estavam no projeto de Lucio Costa (Tenorio e Holanda, 2012).

dras residenciais. Para essas passagens dão empenas cegas, com raras exceções. E, os fundos das lojas, voltados para o interior das superquadras, não poderiam configurar uma paisagem mais feia, maltratada, deteriorada.

No caso da Asa Norte, houve avanço quanto à qualidade do espaço público definido pelos conjuntos de lojas. Não mais em fita, as lojas agrupam-se em prédios quadrados, voltam-se para os quatro lados dos edifícios. Desaparecem empenas cegas e fundos. Cria-se um diferencial de acessibilidade e visibilidade desde a rua que beneficia um correlato diferencial de valor das lojas nas várias posições (voltem-se as lojas para a rua, para os lados ou para as quadras), facultando o acesso de firmas de faturamento diverso – mas são rostos para todos os lados. (O afloramento de subsolos, a depender da declividade da rua, cria problemas de acessibilidade, mas são outros quinhentos, poder-se-ia evitar em havendo sensibilidade para tanto, mantendo-se contudo o essencial dos atributos comentados.)

Nas superquadras residenciais mais antigas há onze edifícios de apartamentos em média. São condomínios verticais (seis pavimentos), os prédios são soltos, exibindo fachadas principais, empenas laterais geralmente cegas e fachadas de fundos. Normalmente as últimas voltavam-se para estacionamentos, implicando uma dicotomia entre espaços generosamente ajardinados, bioclimaticamente agradáveis e belos, e espaços extremamente áridos, sem vegetação, com grande radiação solar emanando do piso e das fachadas, estas geralmente em cores pastel. Entretanto, os atributos extrapolam o desempenho bioclimático: o mal estar evidente nestes lugares também se relaciona à ausência de signos – mais uma vez os “olhos da rua”, de Jacobs (2000) – a informarem que por trás daquelas superfícies há gente.

Cosmética ma non troppo

A preocupação quanto à natureza do espaço entre edifícios se intensifica recentemente, na teoria e na prática da arquitetura da cidade (Gehl, 2006; White, 2009; City of Copenhagen & Gehl Architects, 2009; para não falar da mãe de todas essas inquietações, Jacobs, 1961). É também o foco de grande parte da literatura produzida no âmbito da Teoria da Sintaxe Espacial cujos primeiros trabalhos (anos 1970) focaram a interface entre o espaço interno das edificações e o espaço público na arquitetura moderna – ou a precariedade da interface (Hillier e Hanson, 1984, e os inúmeros títulos que se seguiram na vertente). Além deles há uma literatura autointitulada “fenomenológica” que interpreta as mazelas da arquitetura moderna em todas as escalas como resultantes do seu desprezo por dimensões sensoriais além da visual. A arquitetura moderna pecaria por “ocularcentrismo” (Pallasmaa, 2012) ao ignorar implicações acústicas, tácteis, olfativas dos lugares, e, mesmo assim, dar atenção de-

ficitária às questões de luz e sombra, portanto visuais (Malnar e Vodvarska, 2004; Zumthor, 2006a, 2006b; Fitzsimons, 2012). (A literatura é controversa, para dizer o mínimo. Por exemplo, a suposta ausência de “valor icônico” da arquitetura moderna faz Malnar e Vodvarska elogiarem o pastiche do *New Urbanism* americano; seria coerente elogiarem a arquitetura “icônica” stalinista – mas não o fazem. Contudo, uma crítica pormenorizada fica para outra oportunidade. Mesmo assim, eles detectam problemas reais.)

Também deixo em suspenso as motivações explícitas ou ocultas que levaram moradores ou seus representantes a modificarem as fachadas dos edifícios brasilienses. Seguindo nossa tradição de investigação da arquitetura como variável independente (Holanda, 2010), a questão não são as motivações mas os efeitos das intervenções. A interpretação vai nessa direção: especula sobre os resultados das ações no espaço do entorno dos prédios.

Deixa-nos perplexos (a alguns de nós...) um dia termos projetado (ou aceitado) espaços públicos definidos por fachadas como as ilustradas na Figura 3a (numa superquadra clássica da Asa Sul, a SQS 108) e na Figura 3b (fachadas voltadas para o leste, de edifícios do Setor Comercial Sul, área central – frise-se – da cidade). Os atributos maltratam vários tipos de expectativas em relação aos lugares. Um deles revela-se nos discursos citados no início do ensaio: a “cafonização” ou “embanheiramento” dos prédios é uma reação à informação transmitida por fachadas idênticas e desprovidas de variedade visual. As fachadas na Figura 3a repetem-se idênticas em inúmeros prédios de inúmeras superquadras de Brasília. São uma redundância de informação que implica desorientabilidade, como diagnosticada na melhor tradição dos estudos lynchianos (Lynch, 1999; estudos de Kohlsdorf [1996], destarte especificamente para Brasília, também apontam a redundância de informação visual numa escala mais local do Plano Piloto de Brasília). O embanheiramento insere mais informação, identificação dos lugares, orientação (Figura 4a).



a



b

Figura 3. Fachadas de uma superquadra clássica de Brasília (SQS 108) (a) e do Setor Comercial Sul (b)

Mas as transformações nas empenas vão além de mudanças em cores e texturas (ater-se a isso é literalmente arranhar a superfície do fenômeno). Aos novos revestimentos frequentemente somam-se janelas antes inexistentes, fazendo as fachadas originalmente cegas aproximarem-se das fachadas principais – rostos, ainda que canhestros, em vez de ombros (Figura 4b). Há quadras onde a abertura de janelas nas empenas é generalizada a ponto de não encontrarmos um único exemplo de prédios com as características originais (particularmente nas quadras 403 a 406 da Asa Norte do Plano Piloto de Brasília [Figura 4b]).

Olhos para a rua foram criados: a uma dimensão imagética (mudança de cores e texturas) soma-se uma dimensão sociológica, relativa às interfaces entre dentro e fora, interior e exterior, público e privado, mesmo que isso não se dê no nível do chão – como seria o ideal – mas nos pavimentos superiores, elevados sobre pilotis, um atributo generalizado das superquadras. Se não um índice de *copresença* – que implica o contato direto interpessoal através de permeabilidades (portas) – é um índice de *cociência*: sei de um possível *outro* atrás das janelas (ou cortinas) a partilhar comigo, mesmo à distância, a vida da cidade. Os fenomenólogos têm razão ao chamar a atenção para a dupla relação que a transparência faculta: numa direção, é a luz da cidade e seus outros atributos que informam os interiores sobre a “vida lá fora”, e que faz as delícias dos que se debruçam nos peitoris; na outra direção, é a vida “lá dentro” que transparece nas janelas (particularmente quando iluminadas, à noite, mas não só) e nos ruídos advindos do interior dos domicílios – música, televisão, conversas, hábitos, discussões, reuniões... (Lembrem *Janela indiscreta*, a obra-prima de Alfred Hitchcock.)

Contudo, embora os fenomenólogos apontem problemas nas fachadas cegas, sua ênfase é “expressivo-dependente”: Pallasmaa ilustra seu argumento com uma imagem de Brasília dos mesmos prédios e fachadas mostrados na Figura 3b, e põe como legenda: “a cidade moderna da carência sensorial” [the modern city of sensory deprivation] (Pallasmaa, 2012, p. 46-47). Mais que isso, contudo, o desconforto advindo de fachadas cegas resulta da estranha sensação de um espaço manco, incompleto, constituído por um único âmbito: o público. Porém um público deveras estranho, pois não é o tipicamente *urbano*, que interage com o outro âmbito que lhe é inerente – o privado. Se os fenomenólogos são argutos ao captar o déficit de sensações implicado em fachadas cegas, não percebem que, para além do âmbito expressivo, trata-se de um déficit de *convivência*, que desde sempre traduziu a riqueza da vida em cidades. Voltamos aos primórdios da Teoria da Sintaxe Espacial: é a *natureza da interface* que confere ao espaço urbano a sua qualidade, e a interface é radicalmente negada nas fachadas cegas – ombros ou costas.

Conclusão

Hegemonia de formas de ação, pela própria definição, não exclui maneiras diversas de fazer. Nunca ocorreu. As épocas testemunham uma Ordem dominante e elementos de “ruído”: Desordem a imiscuir-se nos interstícios das formas generalizadas do agir, entendida em sua conotação positiva de *inovação* (Crescenzo, 2003). Assim é com a arquitetura na história, assim é com a arquitetura moderna. Fortemente antiurbana, suas raízes vão mais fundo no tempo do que estamos acostumados a pensar. Entretanto, há obras exemplares da arquitetura moderna a infringirem o código dominante. Os fenomenólogos encontram-se em papos de aranha para explicar, por exemplo, a Capela de Ronchamp, de Le Corbusier; nos trópicos sulinos, temos lições primorosas, mas os ensaístas do primeiro mundo ignoram sistematicamente o que acontece “do lado de baixo do Equador”, mea-culpa feita publicamente por Anthony Vidler em recente conferência em Natal, por ocasião do ENAPARQ 2012; consultem o índice de *Words and buildings – a vocabulary of modern architecture*, importante obra reflexiva sobre a arquitetura da era moderna (Forty, 2000), e pasmem com a total ausência de referências a... Oscar Niemeyer.

Entretanto, que dizer de um Palácio Gustavo Capanema (Rio de Janeiro), que replica e reconfigura, simultaneamente, um espaço urbano prenhe de transparências e aberturas? Ou da reverberação popular nos mais recônditos lugares do Brasil dos elementos icônicos do Palácio da Alvorada? Ou da sequência de espaços no vestibulo do Palácio do Itamaraty (Figura 4c), cujos atributos impactam-nos mental e sensorialmente, com similar força – alô fenomenólogos?!... Ademais, ele, o Itamaraty, um edifício moderno sem costas nem ombros – só rosto. Como também são os palácios da Praça dos Três Poderes.

Testemunhamos um momento de forte transição na arquitetura. Um momento em que a reflexão sistemática é indispensável, mas quiçá também um momento de seguir a receita de importantes detetives da literatura policial contemporânea – John Rebus, Jean-Baptiste Adamsberg, Kurt Wallander, Harry Hole:⁸ diante do que parece óbvio e natural, apagar o sabido, suspender a razão, e deixar a intuição correr livre facultando o surgimento de ideias inesperadas. Pecadilho epistemológico para os afeiçoados a Apolo – como eu. Mas quem sabe, cabeça limpa, surpreendamo-nos ao termos uma vez admitido como espaço urbano de boa qualidade o definido pelas empenas do Setor Comercial Sul de Brasília (Figura 3b).

⁸ Para os aficionados (ou curiosos), os criadores dos respectivos personagens são Ian Rankin, Fred Vargas, Henning Mankell e Jo Nesbo, todos com livros traduzidos no Brasil.



a



b



c



d

Figura 4. Tratamento cosmético das empenas (a), revestimentos com aberturas (b), Palácio do Itamaraty (c) e Largo do Cruzeiro, Salvador (d)

A arquitetura moderna, de tantas conquistas, só ganharia com um novo resgate. Por que resgatar do passado apenas atributos das Pirâmides de Guiza, não atributos nas mais preciosas cidades coloniais brasileiras? Não é pastiche, não é seguir a trilha do *New Urbanism* e similares. É fazer o que Niemeyer sabiamente conseguiu em “casa grande + capela” = Palácio da Alvorada.

É possível construir outra cidade contemporânea.

É possível resgatar os atributos da cidade-só-rostos do Largo do Cruzeiro, Salvador (Figura 4d).

Referências bibliográficas

Caldeira, Teresa Pires do Rio. 2000. *Cidade de muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*, EDUSP, São Paulo.

Castex, J. et al. 1977. *Formes urbaines: de l'ilôt à la barre*, Dunod, Paris.

Certeau, Michel de. 2000. *A invenção do cotidiano: 1. As artes de fazer*, 5. ed., Vozes, Rio de Janeiro.

Choay, Françoise. 2005. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*, Perspectiva, São Paulo.

City of Copenhagen & Gehl Architects. 2009. *A metropolis for people. Visions and goals for urban life in Copenhagen 2015*, Copenhagen.

Corbusier, Le. 2006. *Por uma arquitetura*, Perspectiva, São Paulo.

Costa, Lucio. 1995. *Lucio Costa: registro de uma vivência*, Empresa das Artes, São Paulo.

Crescenzo, Luciano De. 2003. *Ordem e desordem*, Rocco, Rio de Janeiro.

Forty, A. 2000. *Words and buildings: a vocabulary of modern architecture*, Thames & Hudson, New York.

Gehl, J. 2006. *Life between buildings: using public space*, The Danish Architectural Press, Copenhagen.

Hillier, Bill, Hanson, Julianne. 1984. *The Social Logic of Space*, Cambridge University Press, Cambridge.

Hillier, Bill. In defense of space. 1973. *RIBA J*, London, Nov. 1973, p. 539-544.

Holanda, F. D.; Tenorio, G. D. S. 2010. Brasília: monumental y secular. *Congreso Internacional de Rehabilitación Del Patrimonio Arquitectónico E Edificación*, 10., 2010, Santiago. Ponencias... Santiago: CICOP, 2010. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.fredericoholanda.com.br/textos/tenorio_&_holanda_2010_brasilia_monumental_y_secular.pdf>.

Holanda, Frederico de. 2010. *Brasília: cidade moderna, cidade eterna*, FAU UnB, Brasília.

Holanda, Frederico de. 2002. *O espaço de exceção*. Editora Universidade de Brasília, Brasília.

Holanda, Frederico de. 2011. Uma Ponte Para a Urbanidade. In: HOLANDA, Frederico de (Org.). 2011. *Arquitetura e Urbanidade*, 2. ed., FRBH, Brasília.

Holanda, Frederico de; MEDEIROS, Valério A. S. de. 2012. Order & Disorder in Brasilia & Chandigarh. *International Space Syntax Symposium*, 8., 2012, Santiago. *Proceedings...* Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2012. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.fredericodeholanda.com.br/english/texts/holanda_&_medeiros_2012_order_&_disorder_brasilia_&_chandigarh_final_version.pdf>.

Howard, Ebenezer. 2002. *Cidades-jardins de amanhã*, Hucitec Annablume, São Paulo.

Jacobs, J. 2007. *Morte e vida de grandes cidades*, Martins Fontes, São Paulo.

Kohlsdorf, Maria E. 1996. *A Apreensão da Forma da Cidade*, Editora Universidade de Brasília, Brasília.

Lynch, Kevin. 1999. *A imagem da cidade*, Martins Fontes, São Paulo.

Malnar, Joy Monice, Vodvarka, Frank. 2004. *Sensory design*, University of Minnesota Press, Mineapolis.

Pallasmaa, Juhani. 2012. *The eyes of the skin: architecture and the senses*, 3. ed., Wiley, Chichester.

Reis Filho, Nestor Goulart. 2004. *Quadro da arquitetura no Brasil*, Perspectiva, São Paulo.

Tavares, Jeferson. 2004. *Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional*. 2004. 558 f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

Tenorio, Gabriela, Holanda, Frederico de. 2010. Brasília: Monumental y secular. *Congreso Internacional de Rehabilitación Del Patrimonio Arquitectónico y Edificación*, 10., 2010, Santiago. Anais... Santiago: CICOP, 2010. 1 CD-ROM. Disponível em: <www.fredericodeholanda.com.br>.

Whyte, W. H. 2009. *The social life of small urban spaces*, Project for Public Spaces, Nova York.

Zumthor, Peter. 2006a. *Atmospheres*, Birkhauser – Publishers for Architecture, Berlin.

Zumthor, Peter. 2006b. *Thinking architecture*, Birkhauser – Publishers for Architecture, Berlin.